



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJS
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 1464739/2023 - SECAO DE SELECAO E ACOMPANHAMENTO DE ESTAGIO

Conforme processo eletrônico nº 7002307-71.2021.8.08.0000, as contratações devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP's), atendendo ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 40/2020, tal como estabelece a Norma Introdutória NP 01.

Objetivando subsidiar a elaboração do ETP, importante examinar os normativos (normas, regras, preceitos e legislações) que disciplinam os materiais/equipamentos a serem adquiridos, de acordo com sua natureza, além de analisar as aquisições anteriores do mesmo objeto, a fim de identificar as inconsistências ocorridas nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e recebimento e utilização dos materiais/equipamentos.

Orientações para elaboração do Estudo Técnico Preliminar, encontram-se disponíveis na Intranet do PJS, em ["Norma de Procedimentos" - Formulários da NP 01](#) - Sistema de Compras, Licitações e Contratos.

1- INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Número do processo administrativo:

7000258-86.2023.8.08.0000

Área requisitante:

Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio, Coordenadoria de Recursos Humanos, Secretaria de Gestão de Pessoas.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO:

Contratação de seguro coletivo de acidentes pessoais para os estagiários deste Poder Judiciário com intuito de atender o disposto no Artigo 9º, inciso IV, da Lei 11.788/2008, estabelece ao contratante a obrigação de "oferecer em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme estabelecido no termo de compromisso".

3- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se de seguro coletivo contra acidentes pessoais para 2.435 (dois mil e quatrocentos e trinta e cinco) estagiários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, com vigência de 12 meses, a partir da emissão da apólice, com cobertura 24 x 7 (24 horas de todos os dias da semana).

Capitais segurados:

I - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para morte acidental;

II - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para invalidez total ou parcial.

4- LEVANTAMENTO DO MERCADO:

Contrato de prestação de serviços **seguro coletivo de acidentes pessoais para os estagiários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo** para tender o disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei 11.788/2008, que estabelece a obrigatoriedade de contratação de seguro contra acidentes pessoais, nos seguintes termos:

"Art. 9º - As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

(...) IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso."

5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Mensalmente, até décimo quinto dia útil de cada mês, a Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio transmitirá via mensagem eletrônica/e-mail para a seguradora contratada, um arquivo (digital no formato xls) listagem base cheia contendo os dados cadastrais (matrícula, nome completo, data de nascimento, sexo, CPF, data de início de contrato) de todos os estagiários com contratos válidos com o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo do dia 13 do mês anterior até o dia 13 do mês vigente, a fim de que sejam

incluídos/mantidos na apólice de seguro coletivo de acidentes pessoais. Ou seja, a partir de tal arquivo mensal é que se saberá quais os estagiários que estarão segurados.

A seguradora, por sua vez, de posse desses dados, deverá fazer remessa mensal, até no máximo dia 30 de cada mês, de lista atualizada dos estagiários que estão segurados, juntamente com fatura e boleto para pagamento mensal do serviço. Tal relação deve ser encaminhada por e-mail.

O pagamento pelo serviço será mensal. A regra de pagamento do TJES é por "ordem bancária", mas pode de ser feito por boleto bancário.

6- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para o presente segue quadro com a distribuição de vagas para estagiários, conforme Resolução nº 13/2016, publicada em 15 de julho de 2016.

Quadro Geral de Vagas de Estágio (QGV)

Tabela 1 - Valores Absolutos

Modalidade	Área de atuação	Total de Vagas	U.J.			U.A.
			1º Grau	2º Grau	Total	
I – Estágio de Graduação	Atividade fim e meio-fim	1.951	1.500	236	1.736	215
	Itinerante	171	171	0	171	0
II – Estágio de Conciliador	-	110	108	2	110	0
III – Estágio de Pós-Graduação (1)	-	203	131	67	198	5
Total		2.435	1.910	305	2.215	220

7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com a atual seguradora vigente, MBM seguradora S/A, o valor unitário é de R\$ 0,38 (trinta e oito centavos) por vida/mês.

8- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

NA

9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A contratação ocorre de forma independente, ou seja, não depende de qualquer outro processo licitatório para que possamos prosseguir com a contratação.

10- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Projeto previsto na LOA:

Ação: Valorização e Desenvolvimento Social de Recursos Humanos.

- Elemento de Despesa: 3.3.90.39.69.

- Projeto: Contratação de seguro coletivo contra acidentes pessoais para estagiários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

11- RESULTADOS PRETENDIDOS

Proporcionar a continuidade do serviço prestado de seguro de acidente pessoais dos estagiários deste Poder Judiciário Estadual, com cobertura 24 x 7 (24 horas de todos os dias da semana).

12- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Verificar com a contratada as condições. de habilitação e qualificação exigidas.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

NA

14- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

NA

NA

16- RESPONSÁVEIS

Indicar nome, cargo, matrícula e e-mail dos responsáveis pela elaboração do ETP.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELLE NEVES TELLES**, ANALISTA JUD 01 QS AGENTE JUDICIARIO, em 27/01/2023, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1464739** e o código CRC **C9758272**.